

EDUCAÇÃO PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL-SAUDÁVEL

Regina Célia Canel¹.

CAISS, São Paulo, SP.

<http://lattes.cnpq.br/7407602298008485>

RESUMO: Neste capítulo, abordamos a questão do Desenvolvimento Sustentável (DS) a partir dos anos 1970 e consideramos que *não se tem avançado o necessário e o suficiente em sua direção*. Seguimos com reflexões sobre o DS: considerando-o um novo paradigma, suas implicações e determinantes; que a construção e a consolidação coletivas do DS pode nos unir como espécie, para a nossa continuidade no planeta; que engloba outros novos paradigmas e conceitos (Responsabilidade Social Coletiva, Promoção Integrada de Saúde, *Pequenas Revoluções*, e a Educação para um Desenvolvimento Sustentável-EDS). E elencamos os aspectos fundamentais da EDS. *Com o objetivo de contribuir com a construção de um DS e o desenvolvimento da EDS, no Brasil, atualizamos e ampliamos uma pesquisa documental que resultou em: reapresentação de uma proposta metodológica estruturada em Princípios, Diretrizes e Estratégias; e na proposição de um Núcleo de Pesquisa e Ação de Educação para um Desenvolvimento Sustentável.*

PALAVRAS-CHAVE: Educação e Desenvolvimento Sustentável. Responsabilidade Social Coletiva. *Pequenas Revoluções*.

EDUCATION FOR SUSTAINABLE-HEALTHY DEVELOPMENT

ABSTRACT: In this chapter, we address the issue of Sustainable Development (SD) from the 1970s onwards and consider that there has not been enough and necessary progress towards it. We continue with reflections on SD: considering it a new paradigm, its implications and determinants; that the collective construction and consolidation of SD can unite us as a species, for our continuity on the planet; which encompasses other new paradigms and concepts (Collective Social Responsibility, Integrated Health Promotion, Small Revolutions, and Education for Sustainable Development-ESD). And we list the fundamental aspects of ESD. With the aim of contributing to the construction of a SD and the development of ESD in Brazil, we updated and expanded documentary research that resulted in: resubmission of a methodological proposal structured in Principles, Guidelines and Strategies; and in proposing a Center for Research and Action on Education for Sustainable Development.

KEY-WORDS: Education and Sustainable Development. Collective Social Responsibility.

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1970, tem início a chamada era da informática e a globalização. Esse processo criou uma abertura de mercado para o investimento dos países líderes em tecnologia nos países pobres pós-colônias, o 3º Mundo. Companhias multinacionais passam a usar os recursos naturais e a mão de obra desses países como base para o sistema de produção global (SACHS, 2015).

Esse sistema de desenvolvimento gerou um grande impacto destrutivo nos recursos naturais do planeta e profundas desigualdades sociais e econômicas. Denominamos esse modelo de desenvolvimento de Insustentável, porque tem configurado crescente crise política, econômica, social, ambiental, sanitária, dentro dos países e entre eles – uma crise civilizatória.

O tema do Desenvolvimento Sustentável passa a ser discutido entre os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) a partir dos anos 1990, consagrando-se como um imperativo global a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92.

Em 2002, foi realizada a Conferência da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, que ficou conhecida como Rio+10. O evento produziu uma maior compreensão da urgência de um novo posicionamento com relação às questões ambientais e deu foco aos temas sociais ligados ao desenvolvimento e ao combate à miséria.

A partir da Conferência Rio+20, realizada no Rio de Janeiro em 2012, foram elaborados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com a colaboração dos governos de todo o sistema da ONU, de especialistas, da sociedade civil e de empresários.

Em 2015, os países membros da ONU assinaram o documento final sobre os ODS, denominado “Agenda 2030”, para a construção de uma nova agenda global, entre 2016 e 2030. O conjunto dos 17 ODS constituem diretrizes para um novo modelo de desenvolvimento, em um planeta globalizado, complexo. O DS, e os ODS, colocam novos desafios e responsabilidades para todos os setores sociais e produtivos, para a Academia e para todos os cidadãos.

Segundo SACHS (2015), o objetivo holístico do DS é que se combine prosperidade econômica, inclusão social, fim da pobreza (principalmente através da Educação, da Saúde, da infraestrutura básica e de processos políticos-governamentais), sustentabilidade ambiental e boa governança, para que se obtenha o bem-estar de todos os indivíduos e nações. Considera que o DS depende de Ética: que precisamos construir uma Ética global para o século XXI, embasando ciência e tecnologia, que sustente os valores e o que deve ser feito para que se alcance o DS, como uma nova era de intensa resolução pacífica de

problemas.

Mas não se tem avançado o necessário e o suficiente em direção a um DS. Muitos desafios persistem, incluindo a pobreza extrema, a degradação ambiental e as mudanças climáticas.

A implementação da Agenda 2030 tem sido um processo com progressos variados em diferentes países e regiões. O processo de governança global se depara com uma realidade em que compatibilizar diferentes interesses, percepções e culturas passa a envolver não somente o Estado, mas também o setor privado e a sociedade civil. Soma-se a isso o fato que a participação e o poder nas decisões quanto a questões globais, apresentam-se assimétricos entre os países participantes ou com direito a voz, e onde os instrumentos e tratados internacionais são seguidos de forma livremente consentida, uma vez que os estados são soberanos.

Quanto à implementação dos ODS no Brasil, é necessário coordenar os três níveis de governo e suas respectivas Políticas Públicas (PP), responsabilidades constitucionais, agendas, fontes de financiamento, capacitação de gestores, entre outros.

O Desenvolvimento Sustentável (DS) objetiva, em última instância, a continuidade da vida e das organizações humanas no planeta, com qualidade de vida. Destacamos a necessidade de uma abordagem que gere mudanças fundamentais, nos aspectos econômico, ambiental, social e político. Uma abordagem que promova o desenvolvimento de competências essenciais como o autoconhecimento, a inclusão social e a responsabilidade compartilhada para construir um futuro diferente, função que atribuímos à Educação para um Desenvolvimento Sustentável.

OBJETIVO

Contribuir para a construção de um DS, no Brasil, e especificamente com o desenvolvimento de políticas e práticas de Educação para um Desenvolvimento Sustentável.

METODOLOGIA

Este capítulo dá continuidade a trabalhos anteriores de nossa autoria, os quais foram revisados visando desenvolver o tema da Educação para um Desenvolvimento Sustentável.

Nesses trabalhos foram realizadas pesquisas documentais em que se analisou, sintetizou, sistematizou os dados obtidos dos conteúdos de documentos relativos a: Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Promoção da Saúde, Saúde Mental, Normas de Responsabilidade Social, Direitos Humanos, Psicologia, Educação.

Neste capítulo, foram atualizados e utilizados os seguintes documentos:

- Principais eventos e documentos relativos aos temas do Meio Ambiente e ao

Desenvolvimento Sustentável (<https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/2024/06/linha-do-tempo-das-principais-conferencias-e-eventos-da-area-ambiental-na-esfera-das-nacoes-unidas-e-os-principais-documentos-resultantes/>)

- Cartas e Declarações das Conferências Internacionais de Promoção da Saúde, de 1986 a 2021 (todas elas disponíveis e de fácil acesso na internet)
- Normas de Responsabilidade Social: ISO 26000 (ABNT, 2010); ABNT NBR 16001(ABNT, 2012)
- Agenda 2030 (<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observamos que questões relativas ao Meio Ambiente e ao Desenvolvimento Sustentável são abordadas ao longo da nossa história, em particular a partir da segunda metade do século XX. Seguem os principais eventos e documentos relacionados ao tema deste capítulo:

1972 - Primeiro evento realizado pela ONU para discutir questões ambientais de maneira global, conhecido como Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente ou Conferência de Estocolmo. O evento resultou na “Declaração das Nações Unidas sobre meio ambiente: proclamação de princípios”, e na criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

1977 - Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental ou Conferência de Tbilisi (Tbilisi), organizada pela UNESCO.

1987 - O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi apresentado pelo Relatório Brundtland (“Nosso Futuro Comum”), pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, como: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Esse documento introduziu o conceito de sustentabilidade: manter o equilíbrio entre o crescimento econômico, o bem-estar social e a preservação ambiental (o tripé conhecido como triple bottom line), destacando a interdependência entre essas dimensões.

1992 - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Cúpula da Terra – ECO 92 ou Rio 92. Consolidou o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) como a promoção simultânea e equilibrada da proteção ambiental, da inclusão social e do crescimento econômico. Resultou na adoção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e na Agenda 21(plano de ação para promover o desenvolvimento sustentável em níveis locais, nacionais e globais).

1995 - Primeira Conferência das Partes – COP-1 (Berlim, Alemanha): Encontro dos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima

(UNFCCC), que passa a ser anual, exceto em 2020, em função da Covid19. Espaço para o diálogo e a cooperação entre os países e territórios com o objetivo de: diminuir as emissões de gases do efeito estufa (GEE); debater as mudanças climáticas; conter o aquecimento global; definir políticas de financiamento; negociar acordos. As COPs reúnem representantes de todo mundo, como governos, sociedade civil, organizações regionais e atores não estatais.

1997 - COP-3 (Kyoto, Japão): foi gerado o Protocolo de Kyoto, no qual apenas os países desenvolvidos são obrigados a fazer reduções na emissão de gases de efeito estufa.

2002 - Conferência para o Desenvolvimento Sustentável – Rio+10 (Johanesburgo). Ocorre uma ênfase renovada na necessidade de colaboração entre governos, setor privado e sociedade civil para alcançar um Desenvolvimento Sustentável. E que a Responsabilidade Social das Empresas (RSE) é essencial para promover: práticas de negócios responsáveis; parcerias estratégicas com governos e organizações da sociedade civil; impactos positivos significativos no meio ambiente, na sociedade e na economia.

2007 – Quarto Relatório do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Considerado como a maior autoridade mundial em questões climáticas, nesse Relatório o IPCC reconhece oficialmente que a ação humana é a maior responsável pelo aquecimento do planeta.

2012 - Conferência para o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 (Rio de Janeiro). O documento final da Conferência, “O Futuro que Queremos”, contribuiu para definir a agenda do Desenvolvimento Sustentável para as próximas décadas. Constatou-se que a maioria das ações aclamadas em 1992 não aconteceram, estavam não direcionadas e que as condições gerais do DS estavam piores. É proposta a elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

2015 – A Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável apresenta a Agenda 2030 (“Transformando nosso mundo”) para o Desenvolvimento Sustentável, quando são estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

2016 - COP-22 (Marrakech, Marrocos): Ratificação do Acordo de Paris (COP-21, de 2015) e início da sua implementação, que tem como principal objetivo a redução de emissão de gases de efeito estufa a partir de 2020, e no qual todos os signatários devem apresentar planos de diminuição. Determina que os países desenvolvidos deverão investir 100 bilhões de dólares por ano, em países em desenvolvimento, para o combate e adaptação às mudanças do clima.

2022 – COP-27 (Sharm El Sheikh, Egito): Evento internacional mais importante que teve como foco discussões sobre as mudanças climáticas. Principais acordos: a criação do Fundo de Perdas e Danos (ajuda financeira aos países vulneráveis frente às mudanças climáticas); inovação tecnológica, mitigação e adaptação às mudanças climáticas; desenvolvimento de energias limpas; compromisso de 1,5°C do Acordo de Paris e economia de baixo carbono.

2023 - COP-28 (Dubai, Emirados Árabes). Primeiro balanço global dos progressos mundiais em relação às metas estabelecidas no Acordo de Paris, no qual consta: o mundo está longe de atingir os objetivos climáticos de limitar o aquecimento global a 1,5°C até o final do século; a necessidade de acelerar a redução das emissões de gases de efeito estufa; a importância da transição energética; os países desenvolvidos não cumpriram a meta de fornecer 100 bilhões de dólares anuais para os países em desenvolvimento, no enfrentamento das mudanças climáticas (conforme a COP-22), reforçando a necessidade de um novo objetivo de financiamento climático.

Nas Cartas e Declarações relativas à PS são recomendados: Políticas públicas saudáveis; Equidade; Participação popular ou social; Reorientação dos serviços de saúde; Parceria entre setor público, privado, terceiro setor e sociedade civil; Enfoque pluridisciplinar; Ação multisetorial; Esforço internacional em direção à Promoção da Saúde; Ações multiestratégicas; Saúde em Todas as Políticas.

A partir da 8ª Conferencia Internacional de PS (Helsinki, 2013), observa-se um foco de atenção voltado para o Desenvolvimento Sustentável e as conexões entre saúde e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (“a Saúde é a maior meta dos governos, e a pedra angular do Desenvolvimento Sustentável”), o que é continuado nas 9ª e 10ª Conferencias, em 2016 e 2021, respectivamente.

As Normas de Responsabilidade Social (RS) estabelecem sete Princípios Base da RS:

- 1.Responsabilização ou *Accountability*;
- 2.Transparência;
- 3.Comportamento Ético;
- 4.Respeito pelos interesses das partes interessadas (*stakeholders*);
- 5.Respeito pelo Estado Democrático de Direito;
- 6.Respeito pelas Normas Internacionais de Comportamento;
- 7.Respeito aos Direitos Humanos.

Tais Normas definem como Temas Centrais da Responsabilidade Social: Governança Organizacional; Direitos Humanos; Práticas de Trabalho; Meio Ambiente; Práticas Leais de Operação; Questões relativas ao Consumidor; Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade.

A Agenda 2030 é composta por 91 itens, distribuídos em tópicos: Visão; Princípios e Compromissos Compartilhados; Nosso Mundo Hoje; Meios de Implementação; Acompanhamento e Avaliação (Nacional, Regional, Global); Parceria Global; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os ODS devem ser adequados e viabilizados de acordo com as realidades de cada país. *Nortearão a atuação de todos os setores produtivos e sociais e devem pautar a atuação de todos por uma sociedade mais justa e sustentável.* O progresso regional e global rumo às metas dos ODS é acompanhado com base em dados reunidos pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, e divulgado através de um relatório anual.

Contém 17 ODS, com 169 metas e 304 indicadores. Ressaltamos que dos 17 ODS propostos, 10 deles têm relação direta com a Saúde (objetivos 1; 2; 3; 6; 8; 11; 13; 14; 15; 16); e 6 deles uma relação indireta com a Saúde (objetivos 4; 5; 7; 9; 10; 12). Quanto ao objetivo 17, este refere-se ao aspecto de Governança dos ODS.

E destacamos a afirmação: “Ninguém deve ser deixado para trás” (item 6, p 9), que consideramos um princípio fundamental da Agenda.

O processo de globalização, as mudanças na economia global e as consequências e os riscos da degradação ambiental acarretaram a emergência de um novo paradigma – o Desenvolvimento Sustentável.

Esse novo paradigma, o DS, implica em:

- manter o equilíbrio entre as dimensões econômica, social, ambiental e política
- novos modelos de produção, gestão, consumo, distribuição de bens e serviços, e da riqueza
- inovação, em todos os setores produtivos e sociais
- que fatores anteriormente considerados como específicos de uma região mundial, país ou local nacional são comuns a todos; que os problemas (e soluções) sociais são coletivos, porque seus determinantes e consequências afetam a todos, direta ou indiretamente
- mudanças na atuação dos diferentes atores sociais, dentro de uma perspectiva de responsabilidade compartilhada, apesar da coexistência de interesses individuais, de grupos e de coletivos humanos.
- interligar esforços e recursos dos diferentes setores sociais, dos setores produtivos, da Academia e de toda sociedade, com relação às questões sociais, agora globalizadas
- revisar crenças, conceitos e valores que embasam as relações sociais
- revisar as representações sociais sobre Desenvolvimento, Vida, Civilização, Ética, entre outras.

Entendemos que a construção do novo paradigma Desenvolvimento Sustentável é gradativa, progressiva. Engloba outros novos paradigmas e conceitos. Como consequência, definimos algumas premissas que passaram a nortear nossa atuação sobre o tema:

1) A construção e a consolidação coletivas de um novo paradigma de desenvolvimento, o Desenvolvimento Sustentável, pode nos unir como espécie, para a continuidade da vida e das organizações humanas no planeta. É necessário que se trabalhe (em todos os contextos e com toda a sociedade) para que se tenha como objetivo comum o DS.

2) A Promoção Integrada de Saúde (física, mental, social) é condição, resultado e um indicador desse novo modelo de desenvolvimento.

O Documento Final da Conferencia Rio + 20 aborda o item Saúde e População nos parágrafos de 138 a 146. O parágrafo 138 refere (ONU, 2012, p.24):

Reconhecemos que a saúde é uma condição prévia, um resultado e um indicador das três dimensões do desenvolvimento sustentável...Estamos convencidos de que as medidas sobre os determinantes sociais e ambientais da saúde...são importantes a fim de se criar sociedades inclusivas, equitativas, economicamente produtivas e saudáveis....

3) A compreensão e a atuação relativas ao DS e à Promoção Integrada de Saúde (PIS) devem ser fundamentadas em seus determinantes políticos, econômicos, sociais e ambientais.

A Promoção da Saúde (PS) tem como objetivo promover a melhoria da qualidade de vida da população, e reduzir a vulnerabilidade e os riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes, o que envolve: direitos humanos, condições de trabalho, habitação, educação, lazer, acesso a bens e serviços essenciais, meio ambiente, entre outros.

4) A construção de uma cultura de Responsabilidade Social Coletiva (RSC) é condição para que se desenvolva esse novo paradigma.

Responsabilidade Social Coletiva é a responsabilidade de todos e de cada um para definir políticas e impulsionar medidas que realizem uma articulação transversal de todos os setores produtivos e sociais, frente ao desafio de se alcançar um desenvolvimento sustentável. (CANEL, 2017, p.91).

5) A RSC é construída através de um processo amplo e gradativo de Educação para um Desenvolvimento Sustentável (EDS).

A Educação para um Desenvolvimento Sustentável objetiva motivar, informar, fundamentar e capacitar indivíduos, grupos, organizações e comunidades de modo que estes possam relacionar as questões que dizem respeito à sua vida com o exercício da cidadania e a participação na cultura - recriar a cultura, além de reproduzi-la. Engloba a revisão das crenças e valores que embasam a organização e as relações sociais. Pressupõe um planejamento de intervenção e deve buscar conciliar interesses e prioridades dos diversos atores sociais, os quais detêm diferentes níveis de poder sobre decisões, nos diferentes contextos em que estão inseridos (CANEL, 2017, p. 91).

Aspectos fundamentais da EDS

a) que contribua para que indivíduos, grupos e coletivos humanos alcancem, de forma gradual e progressiva, uma nova compreensão e atuação frente à conjuntura política-econômica-social-ambiental de onde vivem. Que os atores sociais envolvidos em tais jornadas possam ressignificar suas vidas pessoais e sua participação social, processo

que chamamos de Pequenas Revoluções.

Pequenas Revoluções são transformações significativas na percepção, compreensão, assimilação e integração do conhecimento relativo a questões ou demandas internas (pessoais) ou externas (grupais, sociais), envolvendo valores e crenças. Como consequência, geram novas respostas ou atuações sobre essas questões, por parte de indivíduos e grupos humanos. São decorrentes de intervenções deliberadas que abrangem questões individuais e particulares, questões sociais, questões difusas, bem como as diversas questões decorrentes da cibercultura. Num sentido amplo, trata-se de uma atuação política que aborda deliberadamente contextos diversos com vistas a contribuir com o empoderamento de indivíduos e grupos humanos, nos contextos em que vivem ou convivem, para sua participação na cultura e o exercício cotidiano e permanente da ampla cidadania (CANEL, 2017, p. 92).

b) que seja desenvolvida nos contextos global, nacional, regional, a partir do nível local.

c) que seja inserida em todos os setores produtivos e sociais, na Academia e em toda a sociedade.

d) que envolva a sociedade como um todo, os atores sociais de todo os setores, da Academia e toda gama dos socialmente excluídos e/ou vulneráveis - abordagem Multi-Stakeholder.

e) que utilize Ações Multi-Estratégicas, priorizando metodologias e técnicas participativas.

f) que as questões abordadas e os seus encaminhamentos aconteçam pelo diálogo baseado na Ética, e pela negociação que resulte em decisões baseadas em consensos pelo menos satisfatórios.

g) que tenha como referência para atuação os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a serem trabalhados a partir de necessidades e realidades locais.

Buscando contribuir para a fundamentação, planejamento e desenvolvimento de objetivos, políticas e práticas de Educação para um Desenvolvimento Sustentável (EDS), e considerando os propósitos deste trabalho, nossas reflexões sobre o tema aqui tratado e trabalhos que realizamos anteriormente, atualizamos a abordagem metodológica resultante desses nossos trabalhos, apresentada na forma de Princípios, Diretrizes e Estratégias.

Princípios: neste trabalho, considerados como Valores Fundamentais.

- ✓ Respeito aos Direitos Humanos --- Respeito pelo Estado Democrático de Direito
- ✓ Respeito pelas Normas Internacionais de Comportamento --- Relações Transparentes
- ✓ Ética nas relações com pessoas, animais e meio ambiente --- Vida é Diversidade
- ✓ Equidade --- Vontade Política --- Saúde Integral como um direito fundamental
- ✓ Justiça Social --- “Não deixar ninguém para trás”

Diretrizes:

- “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”
- Construção e consolidação coletivas do DS
- Comprometimento de todos os atores sociais com a causa da PIS e do DS
- Construção e Desenvolvimento de uma Cultura de Responsabilidade Social Coletiva
- Valorização e Proteção da Vida: de todas as formas de vida e de seus sistemas diversos
- Transetorialidade: colocar a PIS e o DS na agenda de todos os setores e em todas as políticas
- Desenvolver Pequenas Revoluções: ressignificar a vida pessoal e a participação social
- Atenção aos Grupos Vulneráveis
- Desenvolver Autonomia com responsabilidade perante todos os envolvidos
- Promover Inclusão e Participação Social: de todos os atores sociais, para participação em decisões e no controle de Políticas Públicas da PIS e do DS
- Empoderamento: de indivíduos, grupos e comunidades
- Contribuir para Políticas Públicas saudáveis: para questões coletivas e para o bem comum
- Envolvimento da Comunidade: com o objetivo de fortalecimento da sociedade civil
- Desenvolvimento Local: atendimento de necessidades e potencialização dos recursos locais
- Incentivo à Inovação

Estratégias:

- Desenvolvimento de Parcerias: setor público, privado, terceiro setor, sociedade civil e Academia
- Advocacia em Saúde: para a obtenção de meios legais e de representatividade
- Educação em Promoção Integrada de Saúde: para motivar, informar e capacitar indivíduos e grupos, relacionando vida e saúde com o exercício da cidadania e a participação social
- Abordagem Multi-Stakeholder: envolvimento dos diversos atores sociais interessados nas discussões e tomadas de decisão sobre as questões relativas ao DS (e aos ODS)
- Ações multi-estratégicas: priorizando metodologias e técnicas participativas
- Tecnologias de Informação e Comunicação: que promovam controle de políticas públicas, acesso a serviços, construção coletiva de conhecimento, exercício de cidadania
- Pesquisas Teórico-Metodológicas: baseadas na transdisciplinaridade, na transetorialidade e que abarquem a totalidade do ciclo vital

- Sistematização, Gestão e Disseminação do Conhecimento: gerado através de pesquisas e do desenvolvimento de programas
- Educação permanente/continuada de profissionais diversos, gestores, executivos, tomadores de decisões: conteúdos técnico-científicos e desenvolvimento de competências pessoais e sociais

O Desenvolvimento Sustentável demanda um crescente reconhecimento da interconexão entre economia, política, sociedade e meio ambiente, bem como da necessidade de responsabilidade, colaboração e ação coletivas.

Constatamos a necessidade de agregação de representantes de todos os setores sociais e produtivos, da Academia e da sociedade civil, resultando na proposição de um Núcleo de Pesquisa e Ação de Educação para um Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de contribuir para a construção de uma cultura de Responsabilidade Social Coletiva, com os elementos delineados a seguir: constituindo, articulando e organizando institucionalmente grupos multi-stakeholders; fomentando o compromisso, a corresponsabilidade e o compartilhamento de interesses pelo bem coletivo; com definição de agendas claras de discussão, pesquisa e ação; trabalhando fundamentado em Princípios, Diretrizes e Estratégias; favorecendo a construção coletiva de conhecimentos; realizando pesquisas e ações relevantes e necessárias, que contribuam para a operacionalização, o desenvolvimento e a consolidação de um DS (e dos ODS).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo vigente de Desenvolvimento Insustentável (político-econômico) gerou o vulnerável (no âmbito social e no ambiental). Esse modelo de desenvolvimento se materializa, hoje, principalmente nas mudanças climáticas e na desigualdade social. É preciso e urgente mudar. E desenvolver uma cultura de Responsabilidade Social Coletiva.

Temos suficiente grau de conhecimento científico, leis, normas e evidências, que nos mostram as soluções, os caminhos. *Foram* produzidos (e continuam sendo) instrumentos de gestão e governança dirigidos a agentes públicos e privados, *leis, tratados, eventos (globais, regionais, nacionais, locais)*.

O movimento em direção a um mundo sustentável deverá ser impulsionado por uma combinação de pressões sociais, avanços tecnológicos e vontade política. E isso só será possível através do protagonismo da sociedade civil organizada, realizando “pequenas revoluções”. Somadas, essas “pequenas revoluções” podem “minar” e transformar o solo árido, extenso e pouco produtivo do padrão vigente em um solo fértil para o bem comum. Eis aí o papel ou finalidade da Educação para um Desenvolvimento Sustentável-Saudável.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 16001. Responsabilidade social Sistema de gestão Requisitos.** Rio de Janeiro; 2012.

ABNT. **NBR ISO 26000: Diretrizes sobre responsabilidade social.** Rio de Janeiro; 2010.

CANEL, Regina Célia. Pequenas Revoluções. *In*: LEFÈVRE, Fernando (org.). **Mais-Saúde e Menos-Saúde - Imortalidade ou Morte: uma ruptura de Paradigmas?**. São Paulo: Editora Reflexão, 2017. p. 77 - 103.

SACHS, J. D. **The Age of Sustainable Development.** 4.ed. New York: Columbia University Press; 2015.